

MODERNIDADE, ESPAÇO RURAL, ARQUITETURA E SUAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Por Maicon Rodrigo Rugeri⁴⁵

Desde a colonização da América, a manutenção de estruturas de poder, dominação e de violência, próprias da colonialidade, produziram diferentes arquiteturas: de um lado as casas dos ganhadores⁴⁶ e do outro, as casas das/os perdedoras/es⁴⁷ (HOBBSAWN, 2010); no espaço rural, de um lado as casas dos senhores de engenhos, do outro os barracos do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esse processo colonial que resulta nas arquiteturas das casas de fazendas, das senzalas e das casas quilombolas, se impôs no território onde haviam as casas indígenas. Ao falar de território rural vale elucidar que a colonialidade do saber (MIGNOLO, 2007) produz uma narrativa histórica baseada nas noções civilizatórias da modernidade ocidental, que concebe os espaços naturais e rurais como “espaços vazios” e “atrasados”, e que justifica ações de desenvolvimento em direção ao “progresso”, mesmo que destruam e exterminem culturas, comunidades e recursos.

A arquitetura sendo uma área do conhecimento e ao mesmo tempo naturalizada como produto mercadológico, está transpassada por relações colonizadas de pensar e conceber espaços, reproduzindo opressões de gênero, raça e classe. Além disso, os espaços rurais são subalternizados e periféricos dentro dos estudos arquitetônicos, os quais privilegiam os centros urbanos como *locus* da produção de conhecimento. Isso resulta na exclusão sistemática dos espaços e das arquiteturas rurais das discussões e debates arquitetônicos e paisagísticos. Tais contextos apenas ganham alguma visibilidade quando são de alguma excentricidade romântica, como as casas de campo abastadas ou casarões coloniais.

O discurso acerca da/o campesina/o reforça o padrão civilizatório da modernidade ocidental. A/o civilizada/o é correspondente ao habitante urbano, o modelo produtivo ideal europeu, e a/o não-civilizada/o ao habitante não-urbano, como a/o habitante rural, representada/o por pessoas maltrapilhas, sujas, feias, preguiçosas, que “falam mal” o português e que vivem em condições precárias. Arelada a essa carga simbólica está a arquitetura, que passa pela mesma construção de inferioridade.

A partir disso, neste estudo procuro identificar e mostrar algumas das tipologias arquitetônicas predominantes no território rural do oeste do Paraná e sua paisagem, baseando-me nas habitações das/os trabalhadoras/es do campo. Analisarei criticamente as transformações no tempo, no espaço, na arquitetura, na paisagem e nas subjetividades das/os individuais/os. Indispensável a essa análise arquitetônica e paisagística é a relação dessas arquiteturas com os

⁴⁵ Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA; maiconrugi@gmail.com. Este trabalho resulta da pesquisa de TCC em andamento, sob título “Casa Branca, Terra Roxa: Modernidade, Espaço Rural, Arquitetura e suas Relações de Gênero”, sob orientação da professora Andréia Moassab.

⁴⁶ Eric Hobsbawn, em seu livro *A era do capital: 1848-1875*, utiliza o termo ganhadores para se referir aos países da Europa central e Estados Unidos (países com poderio econômico, tecnológico e militar) e o termo perdedores para os países que são vítimas de suas dominações, como os países da América Latina, África e Ásia.

⁴⁷ Parte de uma estratégia política de visibilidade de gênero é flexionar o gênero nas palavras, escrevendo primeiramente o feminino e depois masculino, quando a regra formal usa apenas o gênero masculino para se referir ambos gêneros. É necessário esclarecer que quando a palavra se referir ao poder hegemônico será mantido exclusivamente o gênero masculino.

papéis sociais de gênero da mulher, que estão diretamente ligados à existência, produção e manutenção desses espaços (DAVIS, 2013). Como estudo de caso, utilizo a casa da Dona Maria – um pseudônimo, comum a várias mulheres – localizada no município de Serranópolis do Iguçu, no oeste paranaense⁴⁸.

Portanto, esse trabalho tem como objetivo contribuir para o debate arquitetônico e paisagístico, visando a produção de arquiteturas mais incluídas e menos opressoras, especialmente no que tange a diminuir o trabalho das mulheres para a manutenção da casa e do cotidiano da família. Trata-se de identificar e amenizar as inúmeras relações desiguais de poder, no espaço construído e habitado; fomentar um debate sobre a arquitetura e a paisagem em contextos rurais; fomentar discussões de gênero na arquitetura; aprender com os conhecimentos populares, as vivências e experiências espaciais; e a valorização do espaço exterior doméstico (VERÍSSIMO, 2013) nos estudos arquitetônicos.

E para isso, o recorte metodológico tem por base a interseccionalidade gênero/raça/classe/território, a partir das teorias feministas e dos estudos decoloniais. Outra dimensão metodológica fundamental concerne ao levantamento da organização espacial da Casa da Dona Maria. Para tal lançaremos mão da etnoarquitetura (PORTOCARRERO, 2010; MOASSAB e BASTOS, 2014), uma interface de diálogo entre arquitetura e antropologia, de modo que nesta dimensão metodológica é inerente ao levantamento arquitetônico, a componente etnográfica. Em outras palavras, a etnoarquitetura tem demonstrado que o levantamento arquitetônico, em conformidade com as técnicas do desenho arquitetônico, auxiliadas por fotografias e croquis são insuficientes para traduzir toda a complexidade da produção de sentidos do espaço construído e habitado. Embora pouco explorada, há pelo menos duas décadas alguns trabalhos sobre arquitetura indígena no Brasil têm sido desenvolvidos nesta linha, bem como os trabalhos das arquitetas Andréia Moassab (MOASSAB, 2013), Patrícia Anahory (MOASSAB e ANAHORY, s/d) e Celine Veríssimo (2013).

Igualmente relevante é o pensamento visual-imagético, a representação dos dados e das análises desses lugares é também apresentação e reflexão, não sendo uma tarefa a *posteriori*. O desenho arquitetônico também produz e é produto da racionalidade do pensamento ocidental (ESCOBAR, 2016), que exclui as relações afetivas, sócio-espaciais, emocionais das representações arquitetônicas, colocando como plano principal o traço da/o arquiteta/o, a apreciação e o fetiche consumista pelas formas, geometrias e materiais. Esse desenho, assim como a modernidade ocidental, determina apenas uma forma de leitura espacial — lidas por quem domina os códigos daquele saber — deixando de fora todas as vivências, relações e experiências das/os usuárias/os com os espaços. Por isso, neste trabalho é importante desenhar alternativas à representação convencional, visibilizando as relações afetivas e socioculturais dos corpos com o lugar, traçando um caminho para práticas emancipatórias na arquitetura e no paisagismo.

As divisões político-administrativas não são um preciso recorte para este trabalho, já que as relações afetivas do cotidiano não são abrangidas nas delimitações políticas de uma linha no mapa. As arquiteturas e os paisagismos aqui analisados não pertencem precisamente a um

⁴⁸ O município de Serranópolis do Iguçu possui 4.568 habitantes (IBGE, 2010) e tem por base econômica a produção de grãos como soja e milho, e a pecuária. A maior parcela da sua população é rural.

município em específico – de Serranópolis do Iguaçu -, pois eles aparecem/desaparecem com as diferentes dinâmicas de consolidação dos territórios.

A Marcha para o Oeste

O modelo de ocupação da zona rural do oeste do Paraná, o uso da terra e suas arquiteturas, resultam, em grande medida, do programa de migração do governo Getúlio Vargas, chamado “Marcha para o Oeste”. Incentivados pelas políticas governamentais, nas décadas 40 e 50, migrantes do sul do país compraram e se apropriaram da região, originalmente ocupadas por *guaranis, xetás e kaingangues* (PRIORI et al., 2012). Essa política de ocupação do território foi direcionada para o branqueamento racial no interior do país e para controle territorial a partir do Estado.

Os migrantes do sul do país, descendentes da imigração europeia, um outro processo colonial de dominação do território, trazem consigo — junto aos machados e panelas — uma base cultural tradicional, fortemente amparada pelo patriarcado, cristianismo, superioridade racial, meritocracia e acumulação capital, ou seja, estruturas coloniais. São delas que emergem as famílias rurais predominantes no oeste paranaense. Essas famílias vivem e reproduzem essas relações de poder nos corpos e nos espaços, sobretudo nos espaços domésticos. A casa é a materialização de todos esses processos históricos de manutenção da sociedade capitalista, cristã, androcêntrica e burguesa. A casa é abrigo e signo de poder.

Recém-chegadas/os nas terras de mata atlântica, em meados dos anos 50, as/os migrantes começaram a derrubada da mata remanescente dos processos anteriores de ocupação do território. Aos movimentos de braços e machados se construíram as primeiras casas nas beiras dos rios e sangas, pela necessidade da água. Essas casas eram feitas com madeira da própria derrubada da mata e pelas/os próprias/os moradores, e eram relativamente pequenas, de um ou dois cômodos além da cozinha. As portas, janelas, mobília e até utensílios domésticos também eram feitos com a madeira da região. Eram processos vernáculos e populares de construção, com recursos e mão de obra local. Hoje, essas construções são conhecidas popularmente pela expressão “paiol”.

Terra roxa, casa branca

Nas décadas de 60 e 70, depois de uma estabilização econômica e familiar das/os migrantes no território, suas casas passa por alterações nas paredes e nos programa de necessidades. Começam a ser utilizados materiais industriais – o tijolo, o vidro, o azulejo – como materiais construtivos, complementando o uso da madeira ainda abundante; os cômodos da habitação aumentam e variam conforme a necessidade de cada família, e o espaço exterior doméstico começa a se consolidar enquanto jardins e hortas. Nessa nova morada aparece também um maior cuidado nos detalhes e na impregnação de sentidos, memórias e identidades nas construções, sendo vistos nas composições de cores, ornamentos diversos e escolha dos materiais. Popularmente são chamadas de “casa velha” pelas/os moradoras/es.

A partir dos anos 2000, foram construídas casas que não condizem com o contexto rural e as necessidades cotidianas de suas/eus moradoras/es, parecendo-se mais com as casas da classe média urbana de centros próximos. Essas casas feitas majoritariamente com materiais industrializados, foram construídas por grandes proprietários de terras. Nos anos seguintes, este modelo urbano passou a ser adotado pelas/pelos agricultores de poucas terras, como símbolo de sucesso. Essas casas se diferenciam muito das construções rurais mais antigas.

Antes, na chamada “casa velha”, as edificações possuíam características mais expressivas das/os habitantes: inúmeras combinações de cores, azulejos com desenhos, ornamentos decorativos, elementos do conhecimento popular e espaços funcionais. Essas expressões visuais foram se perdendo com o passar do tempo e sendo substituídas pela racionalidade, pela praticidade prometida pela indústria e pelos gostos das classes dominantes, síntese do progresso da modernidade ocidental e herança do movimento moderno na arquitetura. O modernismo na arquitetura, tendo suas bases na industrialização e na concepção de um futuro ideal orientado ao “progresso” ocidental, se declarou contrário às memórias e tradições arquitetônicas passadas, propondo uma arquitetura racionalizada, geométrica, limpa de ornamentações e rebuscamentos, utilizando principalmente a cor branca para denotar essa “pureza” estética. Esse tipo de produção arquitetônica anula os saberes populares das/os próprios moradores/es, assim como a própria memória dos lugares e suas formas de vivências espaciais. Essas casas são popularmente designadas “casas novas”.

A casa sugere significados dentro de uma conjuntura social, cultural, política e econômica. A “casa nova” é um signo indicativo de várias formas de poder. A forma da construção, os materiais construtivos e os móveis, indicam o poder aquisitivo, e reproduzem, muitas vezes, gostos hegemônicos servindo para a hierarquização de classe. A casa, neste sentido, pode atuar como mediadora dos desejos de ascensão social da/o própria/o indivíduo/o. Em outras palavras, a casa acaba sendo um dispositivo que materializa as expressões íntimas de poder, desejo de conquista e valores morais, e descontextualiza-se do *locus*, agindo apenas no plano da aparência e do *status* social. É como se houvesse uma estrutura de poder invisível usada como instrumento de dominação, que age nas/os sujeitas/os e em seus atos, tendendo a estabelecer uma ordem de sentido imediato do mundo. O poder simbólico presente no capital econômico é utilizado como legitimação de grupos ou sujeitos dentro da sociedade (BOURDIEU, 2007). Esse poder é transversal em vários campos sociais, inclusive na arquitetura, produzindo sentidos e significados sociais.

Em adição, Moassab, em diálogo com Foucault e Deleuze, demonstra que as estruturas de poder na sociedade de controle, com suas estratégias de *marketing*, publicidade e criação de desejos, impõem condições absolutamente desiguais na produção de sentidos, se instituindo como um dos mais potentes e complexos mecanismos de perpetuação das relações de poder (2012: 153). Ou seja: “o desejo de ser igual parte de dentro para fora sob a forma de pseudoliberalidade, na sociedade controle” (ibidem: 110) direcionando a vontade das/os indivíduos/os, no caso, impondo para as camadas mais pobres da população rural do oeste do Paraná, os gostos e escolhas construtivas da elite local, pouco adequadas ou adaptadas para as dinâmicas de trabalho e cotidiano na “terra roxa”.

Atualmente, essa “casa nova” conforma espaços simbólicos que trazem consigo uma vontade de ascensão social ou de um vir-a-ser dominante. Tanto a tipologia da “casa nova”, quanto os materiais utilizados representam e apresentam relações desiguais de classes:

1. colonizada pelo modelo civilizatório da modernidade ocidental, a casa local prestigiada – a casa nova – é aquela que possui amostras de poder econômico em suas paredes, os melhores materiais da indústria: o vidro, o cimento, e os revestimentos; o maior número de águas dos telhados e de volumes: telhados de várias águas em diferentes níveis são “chiques”; o branqueamento das cores: o branco, o bege, o gelo são “moda”; e a configuração espacial de ostentação simbólica: sala de jantar pouco usada, garagem e edículas para o churrasco.

Desaparecem, contudo, espaços que respondam às necessidades rurais, como as varandas para sociabilidade e sombreamento da casa ou as áreas de serviço exteriores para limpeza das/os trabalhadoras/es da roça e lavagem dos alimentos colhidos, antes de entrarem em casa.

2. no paisagismo, a presença de gramados e árvores ornamentais que são “bonitas”, a palmeira e o pinheiro não-nativos, compondo com pedras brancas compradas; ao mesmo tempo em que se observa o gradual desaparecimento do quintal, por conta do piso de cimento, azulejo ou pedrinhas: sob o argumento da praticidade da limpeza e para destacar visualmente a edificação - a casa deve ser vista de longe: um monumento.

Modernidade, espaço rural, arquitetura e suas relações de gênero

As escolhas arquitetônicas da “casa nova” (materiais construtivos, revestimentos, cores, formas), quase sempre decididas pelo marido — o pai/chefe de família — em função de mostrar ascensão social, resultam em espaços domésticos que confinam a esposa — a “dona do lar” — a desempenhar diariamente trabalhos domésticos pesados de limpeza e manutenção do espaço. Devido aos materiais inapropriados para o ambiente terroso e agrícola da zona rural, nas épocas de colheita o pó assola toda a casa, no cotidiano, o barro e a terra constantes fazem do limpar e manter uma árdua tarefa, de responsabilidade exclusiva da mulher.

Esse trabalho exaustivo e solitário, não é valorizado pelas/os demais familiares — marido e pelas/os filhas/os (apesar de que algumas meninas já são introduzidas desde cedo, a desempenharem tais funções e a “ajudarem,” a mãe — o que não acontece com a maioria dos meninos) - que pouco ajudam a manter o espaço limpo e organizado. É, portanto, um trabalho invisibilizado, não pago e não reconhecido.

As relações de gênero presentes na divisão social do espaço (público/masculino e doméstico/feminino) impactam a arquitetura, ao mesmo tempo que a arquitetura contribui para opressão das mulheres e seu confinamento no lar. Na sociedade patriarcal, a identidade de gênero feminino é subordinada ao masculino: o homem, é o que produz e provém – trabalho pago -, e a mulher é a que reproduz e mantém – trabalho não pago. Assim sendo, o homem é o sujeito que trabalha dentro do sistema econômico e a mulher é a que trabalha em função do homem e da família, em casa. Este trabalho que não é remunerado é também invisibilizado. Ocorre que as mulheres desempenham trabalhos exaustivos dentro do espaço doméstico, sendo, contudo, menosprezadas por este trabalho não ter geração de renda, então visto como menos importante na sociedade capitalista (DAVIS, 2013). Todavia, sem o trabalho de reprodução e manutenção, não existiria o trabalho de produção e provisão. O gênero não é apenas uma categoria biológica ou natural, mas sim uma categoria social: as performances de gênero, são construções sociais normativas definidas por um modelo heteronormativo, onde a/o indivíduo constantemente está sob essas regras sociais binárias e excludentes (BUTLER, 2013).

Já o espaço doméstico não se refere apenas ao espaço físico, mas sim a uma complexidade de relações sociais, onde se desenvolve e se reproduz, diariamente, as estruturas coloniais de poder e o patriarcado. É sobretudo no espaço doméstico que se dá a divisão desigual dos papéis de gênero. O espaço doméstico interior se torna responsabilidade feminina: são as mulheres que desempenham cotidianamente o trabalho de manutenção deste espaço.

A noção burguesa da mulher como dona de casa e serva do homem, é recente, com cerca de um século, pois em períodos pré-industriais, por exemplo, as mulheres tinham uma importância produtiva e econômica dentro das suas famílias, sendo responsáveis por toda a produção alimentícia, de instrumentos cotidianos (como velas e sabão) e vestimentas, gerindo uma economia doméstica, que pouco tempo deixava para os afazeres domésticos de limpeza e organização (DAVIS, 2013). A industrialização, intensificou a desigualdade de gênero no espaço doméstico, e transformou as mulheres de agentes produtivas e valorizadas na economia familiar, para apenas agentes reprodutivas das tarefas domésticas invisibilizadas. Sobrecarregadas de afazeres pouco duradouros e que necessitam um refazer constante, pouco tempo e energia sobra para as mulheres se dedicarem a outras coisas produtivas – valorizadas pelo capitalismo, sendo então esse espaço doméstico de confinamento e de invisibilidade, cuja falta de valorização leva muitas vezes até a processos depressivos profundos.

Paisagem subjetiva: escala dos afetos

Dentre todos os trabalhos desempenhados por essas mulheres no campo (limpeza da casa, da roupa, da louça, provisão e alimentação para a família e para os animais, cuidados para as/os filhas/os e marido), os que passam a ser vistos, percebidos e valorizados de uma forma significativa são os trabalhos realizados no espaço exterior doméstico, como nos jardins, nos quintais e nas hortas. Por uma questão visual estética que é marcante na paisagem, no caso dos jardins, ou pela qualidade das hortaliças e verduras produzidas, no caso das hortas, esse trabalho é visto e apreciado pelos familiares, parentes e pelas/os vizinhas/os, sobretudo por outras mulheres. Dessa forma, o trabalho no espaço doméstico exterior (jardins/hortas/quintais) possui características distintas, sendo um espaço mais proeminente, onde o trabalho nele se torna mais dinâmico, notado e mais valorizado do que no espaço interno, funcionando como mecanismo de aumento da autoestima e empoderamento das mulheres.

Enquanto o homem cuida das plantas destinadas a comercialização em larga escala, como as monoculturas de soja e milho, que possuem uma lógica de produção industrial, com uso de equipamentos agrícolas e maquinários tecnológicos, sementes transgênicas e aplicação de agrotóxicos, a mulher é responsável pelas plantas que alimentam a família. De modo geral, existem espaços de plantio gerenciados por essas mulheres, como as hortas, os pomares e as pequenas roças, onde são cultivados diferentes tipos de verduras, legumes, hortaliças e frutas, cada qual em suas épocas e ciclos naturais. Essa produção é destinada ao consumo familiar, dos animais e os excedentes para trocas entre as/os vizinhas/os, parentes e a comunidade local.

Esse paisagismo, além de prover alimentação de qualidade e independência econômica dos supermercados, também é importante para produção de sentidos subjetivos e afetivos a partir da relação social e cultural com o plantio e cultivo dessas plantas. As plantas fazem parte do cotidiano destas/es trabalhadoras/es rurais, que tem suas concepções de tempo, espaço e trabalho, geralmente definidos a partir dos ciclos naturais de plantio, crescimento e colheita. Ademais, como já dito anteriormente, para as mulheres que, pela divisão social de papéis de gênero, acabam sendo responsáveis por esses lugares de cultivo das hortas e dos jardins, as plantas adquirem um sentido além do funcional ou contemplativo, mas estruturante das identidades e autoestima destes corpos femininos.

Assim, esse paisagismo que pertence à prática cotidiana dessas/es moradoras/es, a suas vivências e a suas identidades culturais e subjetivas, configura lógicas de concepção dos espaços arquitetônicos diferentes daquelas hegemônicas e racionalizadas pela modernidade europeia, em que a paisagem e o paisagismo são colocados enquanto espaços estáveis, contemplativos, estéticos, harmônicos e exóticos, que por sua vez são espaços de dominação, excludentes, higienistas e socialmente opressores.

A produção dessa paisagem rural pela Dona Maria e as demais mulheres da região, as escolhas das espécies a serem cultivadas e a organização desses lugares, são permeadas por relações de subjetividades e afetividades. Esse paisagismo faz parte dos almoços de domingo em família ou com as visitas, constitui parte das receitas que são feitas para agrado dos familiares ou para momentos especiais, fortalece os laços entre as pessoas através das plantas regaladas ou das redes de trocas, e expressam sentimentos e emoções como elogios, satisfação, orgulho e afetos. Assim sendo, esse trabalho no espaço exterior doméstico, ao contrário do trabalho no interior doméstico, é visível e valorizado, e contribui para o empoderamento feminino.

Por fim, percebido isto, não há como ignorar as relações de poder, econômicas, simbólicas e de gênero na arquitetura. Não há como deixar de tratar dos espaços rurais, tão pobremente estudados, num país ou num continente que possui grandes extensões de terras com população rural: 15% das/os brasileiras/os vivem no campo (IBGE, 2010). Ainda que a população urbana seja dominante, a arquitetura não pode ignorar os 30 milhões de pessoas que habitam o espaço rural e os quase 4 mil municípios com menos de 20 mil habitantes no país (IBGE, 2010). Não há como pensar somente na forma, volume e materiais da arquitetura, quando ela abriga relações de poder, controle e violência. Também, a teoria feminista merece ser incorporada nos estudos em arquitetura para que a área se torne uma ação no mundo que colabore mais para a emancipação e não para a opressão das mulheres. Precisamos, arquitetos e arquitetas, sermos conscientes e responsáveis pelo nosso desenho.

Referências

- ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 215.
- ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BUTLER, Judith. *El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós, 2013.
- CARVALHO, Raquel Alves de. *Identidade e cultura dos povos do campo no Brasil: entre preconceitos e resistências, qual o papel da educação?*. Curitiba: Appris, 2016.
- CENSO DEMOGRAFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. 2013. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/165852/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- ESCOBAR, Arturo. *Autonomía y Diseño: La realización de lo comunal*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2016.

- FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac e Naify, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2007.
- HOBBSAWM, Eric. *La era del capital: 1848-1875*. Buenos Aires: Critica, 2010.
- MIGNOLO, Walter D.. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.
- MOASSAB, Andréia e ANAHORY, Patrícia. *Panorama da Arquitectura Habitacional em Cabo Verde*. Praia: no prelo.
- MOASSAB, Andréia e BASTOS, Tiago. *Cartografia do Devir no Quilombo Apepu*. Foz do Iguaçu: PROEX/UNILA. Projeto de Extensão, 2014.
- MOASSAB, Andréia. *Brasil Periferia(s): a comunicação insurgente do hip-hop*. São Paulo: educa/fapesp, 2012.
- MOASSAB, Andréia. Housing Architecture in Cape Verde. In: TRUSSIANI, Elio. *Urban Planning, Architecture and Heritage in Cape Verde*. Roma: Orienta, 2013.
- MOASSAB, Andréia. *Território e identidade em Cabo Verde: debate sobre a (frágil) construção identitária em contextos recém independentes no mundo globalizado*. 2013. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cidade/territorio-e-identidade-em-cabo-verde-debate-sobre-a-fragil-construcao-identitaria-em-context>>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- NAME, Leonardo e MOASSAB, Andréia. Por um ensino de paisagismo crítico e emancipatório na América Latina: um debate sobre tipos e paisagens dominantes e subalternos. In: Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, 12, 2014. Anais... Vitória: ENEPEA, 2014.
- PORTOCARRERO, José Afonso. *Tecnologia Indígena em Mato Grosso: Habitação*. Cuiabá: Entrelinha, 2010.
- PRIORI, Angelo et al. A história do Oeste do Paraná. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-07.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- VERÍSSIMO, Céline. *A importância do Espaço Doméstico Exterior para um modelo de ecodesenvolvimento de cidades médias*. O caso do Dondo, Moçambique. Revista Crítica de Ciências Sociais, [s.i.], n. 100, p.177-212, maio 2013. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/5277>>. Acesso em: 16 nov. 2016.